



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

**PREÂMBULO**

A **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO ESTADO DO AMAPÁ - CAESA**, por intermédio de seu Pregoeiro e equipe de apoio, designados pela **Portaria nº 182 de 12/06/2017-CAESA** e autorizados no processo em epígrafe, torna público que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO** na forma **PRESENCIAL**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, que será regida em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto 3.555/2000, com as modificações introduzidas pelo Decreto 3.693/2000 e, subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar 123/2006 e a Legislação complementar vigente e pertinente à matéria, bem como as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1. DA SESSÃO**

1.1. A sessão pública será realizada na Sala do Núcleo de Licitações, Contratos e Convênios-NULIC, no Prédio da CAESA, sediada na Av. Ernestino Borges, 222, Centro, em Macapá, Amapá.

**DIA: 08/03/2018.**

**INÍCIO: Às 09h30min. (Horário local)**

1.2. Ocorrendo Decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data e horário acima determinados, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos, desde que não haja comunicação em contrário.

1.3. O **Edital completo** poderá ser obtido, mediante apresentação de um pen-drive formatado, na sala do NULIC/CAESA, sito a Avenida Ernestino Borges, nº 222, Centro, Macapá-AP.

1.4. No **site: [www.caesa.ap.gov.br](http://www.caesa.ap.gov.br)** ou através de solicitação no endereço eletrônico **[caesa.cpl.ap@gmail.com](mailto:caesa.cpl.ap@gmail.com)**. Outras informações poderão ser obtidas pelo **telefone (96) 98801-5642**, de segunda a sexta-feira, no horário das **07h30mim às 12h00 e das 14h30mim às 18h00**. A CAESA não se responsabilizará pela falta de informações relativas aos procedimentos àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

## EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA

### 2. DO OBJETO

2.1. Contratação de empresa especializada em Segurança e Medicina do Trabalho para elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Exames Clínicos e Complementares do PCMSO e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), de todos os servidores da CAESA em Macapá e demais Municípios do Estado do Amapá, nos quantitativos, especificações e demais condições constantes no Termo de Referência, Anexos I deste Edital.

### 3. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1. O presente Edital e os Anexos são complementares entre si, de modo que qualquer item, especificação ou detalhamento de proposta constante em um desses documentos, mesmo que ausente no outro, serão considerados válidos e eficazes.

3.2. As instruções deste Edital determinam as regras que orientarão o processo licitatório até assinatura do Contrato. Alegações de desconhecimento destas instruções, bem como das leis, não serão aceitas como justificativa para erros ou divergências encontradas em documentos de habilitação e/ou propostas.

3.3. Cumpridas as disposições deste Edital, a autoridade competente da CAESA procederá a adjudicação do objeto desta licitação, escolhendo como proposta vencedora aquela que apresentar o **Menor Preço Global**

### 4. DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS DO EDITAL

4.1. Qualquer pessoa poderá impugnar, solicitar esclarecimentos ou providências em relação aos termos do presente Edital, em **até 02 (dois) dias úteis** antes da data fixada para a abertura do **Pregão**, cabendo ao **Pregoeiro**, auxiliado pelo setor competente, decidir sobre a impugnação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

4.1.1. A **impugnação**, os **pedidos de esclarecimento** e/ou **providências** deverão conter os seguintes dados do interessado ou de quem o represente: nome e endereço completos, telefone, data e assinatura do interessado ou de seu representante, formulação do pedido, com exposição de forma clara e objetiva dos fatos, das possíveis falhas ou irregularidades que entenderem viciarem o mesmo, e seus fundamentos, e ser protocolada conforme subitem 4.1.4.

4.1.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, serão corrigidos os vícios e, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.1.3. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital quem não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes até o segundo dia útil que anteceder a



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

## EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA

data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

4.1.4. Os **pedidos de esclarecimento, providências ou impugnações ao edital**, deverão ser encaminhados por escrito, devidamente instruídos, contendo: assinatura, endereço, razão social e telefone para contato, bem como protocolados no seguinte endereço.

**COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ - CAESA**  
**NÚCLEO DE LICITAÇÃO E CONTRATO - NULIC**  
**GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGOEIRO - GERAP**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018, – GERAP/NULIC/CAESA.**

**End. Ernestino Borges nº 222, Centro, CEP: 68.908-198, Macapá, Amapá.**

4.1.5. Não serão atendidas as solicitações verbais.

4.1.6. Não serão reconhecidos os **pedidos de esclarecimento, providências ou impugnações** depois de vencido o respectivo prazo legal.

4.1.7. A resposta aos **pedidos de esclarecimento, providências ou impugnações** serão prestadas pelo pregoeiro através do endereço eletrônico [www.caesa.ap.gov.br](http://www.caesa.ap.gov.br) e/ou *comunicação via e-mail*.

### 5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Os recursos financeiros destinados ao pagamento pelo fornecimento do Objeto desta licitação são próprios e **estão previstos no orçamento da CAESA** para o exercício corrente, através da **Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a Receber de Cliente.**

### 6. DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar deste **Pregão** os interessados que atuem em ramo de atividade compatível com o Objeto licitado, que atendam as exigências do Edital e seus anexos.

6.2. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

6.3. **Não poderão participar direta ou indiretamente deste Pregão:**

6.3.1. Licitante cujos diretores, responsáveis legais técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, ou sócio, mantenham qualquer vínculo funcional junto ao órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

6.3.2. Empresas que se encontrem sob: falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não instaladas no país, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta,



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a CAESA;

6.3.3. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

6.3.4. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição.

6.3.5. Servidor de qualquer Órgão ou Entidade vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.

**6.4. Das Condições de Participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**

6.4.1. Para efeitos da **Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006**, consideram-se Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, a Sociedade Empresária, a Sociedade Simples, a empresa individual de responsabilidade limitada, devidamente registrada no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

6.4.2. Nos termos do artigo 43 da Lei Complementar n. 123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.4.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.4.4. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

6.4.5. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 6.4.3, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei n. 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

6.4.6. Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais **ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço e**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

## EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA

desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.4.7. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

6.4.7.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

6.4.7.2. Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 6.4.6, para o exercício do mesmo direito;

6.4.7.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 6.4.6, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.4.8.** Para o exercício do direito de preferência de que trata a Lei Complementar nº 123/2006, a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar, na forma da lei, juntamente com os documentos de habilitação a **declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do §4º do art. 3º do dispositivo supracitado, conforme modelo do Anexo VI, deste Edital.**

## 7. DA APRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

7.1. O credenciamento é condição obrigatória para os licitantes que desejarem ofertar lances neste Pregão. O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, de representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes “**Proposta**” e “**Documentação**” relativos a este Pregão, ficando mantido o preço apresentado na sua proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

7.1.1. No dia, hora e local indicados no preâmbulo deste Edital, antes do início da sessão pública para recebimento das propostas e documentos de habilitação, o Pregoeiro credenciará os interessados ou seus representantes legais.

**7.1.2. Para credenciarem-se os interessados ou seus representantes legais apresentarão ao Pregoeiro, FORA DOS ENVELOPES:**

7.1.2.1. Documento oficial de identificação, com foto.

7.1.2.2. Comprovação da existência dos poderes necessários para formulação de propostas e prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

7.1.2.2.1. A existência dos poderes referidos no subitem 7.1.2.2 será verificada mediante apresentação de documentos (ato constitutivo, estatuto, contrato social, ata da eleição de





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

diretoria, dentre outros) que demonstrem o enquadramento do interessado na condição de proprietário, sócio, diretor ou administrador da empresa, podendo praticar atos em nome do licitante.

**7.1.2.3.** Caso o licitante se faça representar por procurador ou mandatário, a existência dos poderes referidos no subitem 7.1.2.2.1 será verificada através de procuração, outorgando-lhe poderes para a prática de atos em nome do interessado:

**7.1.2.3.1.** A procuração concedida mediante instrumento particular deverá estar acompanhada dos documentos referidos no subitem 7.1.2.2.1, permitindo a verificação da existência dos poderes do outorgante.

**7.1.2.3.2.** Será dispensada a exigência contida no subitem 7.1.2.3.1 para procurações concedidas mediante instrumento público.

**7.1.2.4.** Se empresa individual, o registro comercial devidamente registrado.

**7.1.3.** É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de um licitante, sob pena de afastamento do procedimento licitatório dos licitantes envolvidos.

**7.1.4.** No momento do credenciamento, deverão ser entregues ao Pregoeiro os seguintes documentos **FORA DOS ENVELOPES**:

**7.1.4.1.** Quando da participação de Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte, para utilizar a prerrogativa estabelecida na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538/2015, deverá apresentar **DECLARAÇÃO** de que ostenta essa condição e de que não se enquadra em nenhum dos casos enumerados no § 4º, do art. 3º da referida Lei (**Anexo VI – Modelo**).

**7.1.4.1.1.** A declaração de que trata o subitem anterior, poderá ser substituída pela certidão expedida pela Junta Comercial.

**7.1.4.2.** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, para que essa possa gozar dos benefícios previstos nos arts. 42 a 45 da referida Lei, é necessário, no ato do credenciamento do licitante, apresentação da Certidão expedida pela Junta Comercial, nos termos do art. 8º da IN 103, de 30 de abril de 2007, do DNRC - Departamento Nacional de Registro do Comércio.

**7.1.4.2.1.** A certidão deverá ter sido emitida neste exercício, sob pena de não aceitabilidade.

**7.1.5.** Os documentos relativos ao credenciamento deverão ser apresentados em separado das propostas e documentos de habilitação.

**7.1.6.** Ficará impedido de formular lances e praticar atos inerentes ao certame o licitante cujo credenciamento seja indeferido pela falta de apresentação de quaisquer dos documentos exigidos para essa finalidade.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

## EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA

7.1.7. Os licitantes cujo credenciamento seja indeferido, bem como os que optarem pelo envio das propostas pelo Correio ou por terceiro não credenciado, desde que os envelopes de Preço e Habilitação sejam entregues simultaneamente, junto à Declaração de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, previstas neste Edital, participarão da disputa com o preço indicado no envelope de proposta.

7.1.8. Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original, os quais farão parte do processo licitatório, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou conferido a cópia com o documento original por servidor desta Comissão, inclusive o Pregoeiro ou membro de sua equipe de apoio no decorrer da sessão de licitação, ou publicação em órgão da imprensa oficial, observados sempre os respectivos prazos de validade.

7.1.9. A não apresentação ou incorreção de qualquer documento de credenciamento, bem assim o não comparecimento do licitante ou de seu representante legal à sessão, inviabilizará a participação do (s) licitante (s) no certame. Neste caso, o (s) portador (es) dos envelopes poderá (ão) assistir apenas como ouvinte (s), não podendo rubricar documentos ou fazer qualquer observação em ata ou mesmo de se manifestar ou interferir no desenvolvimento dos trabalhos, ressaltando que quando a documentação de credenciamento estiver, por lapso, dentro de quaisquer dos envelopes (1 ou 2), o respectivo envelope será entregue ao licitante que estará autorizado a abri-lo e retirá-la, lacrando-o em seguida, uma vez que citado documento se encontra no recinto, com o intuito de ampliar a disputa.

7.1.10. Recomenda-se que todos os representantes dos licitantes permaneçam na sessão até a conclusão dos procedimentos, inclusive assinando a ata respectiva, sob pena de decadência do direito ao recurso.

## 8. DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

8.1. A seção para recebimento e abertura dos envelopes contendo a **PROPOSTA DE PREÇOS** e os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, será pública, dirigida pelo Pregoeiro, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário determinados no Preâmbulo deste edital;

8.2. Declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, o(s) representante(s) da(s) licitante(s) entregará (ão) os envelopes, não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes;

8.3. Os envelopes 1 e 2 deverão ser apresentados devidamente lacrados e rubricados no fecho, contendo em seu exterior as seguintes informações:



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

<p><b><u>ENVELOPE 1 – PROPOSTA DE PREÇOS</u></b> <b>COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ - CAESA</b> <b>PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA</b> <b>Data da Realização 08/03/2018</b> <b>Razão Social do Proponente</b> <b>CNPJ, E-mail e Fone/Fax.</b></p>	<p><b><u>ENVELOPE 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</u></b> <b>COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ - CAESA</b> <b>PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA</b> <b>Data da Realização 08/03/2018</b> <b>Razão Social do Proponente</b> <b>CNPJ, E-mail e Fone/Fax.</b></p>
---	--

## **9. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE DA PROPOSTA DE PREÇO**

9.1. O envelope da Proposta de Preços deverá conter:

9.1.1. Carta Proposta, conforme modelo constante do **Anexo II** deste Edital, devendo ser apresentado em folhas rubricadas, estar devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais, pelo proponente ou seu representante legal, e deverá ser elaborada conforme segue:

a) Em 01 (uma) via, impressa em papel timbrado, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com identificação do proponente, nome ou razão social, endereço completo, formas de contato (fone, fax, e-mail), redigida em língua portuguesa.

b) Ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação.

c) Constar o nome do representante da empresa que firmará contrato com a administração, bem como o estado civil, profissão, número de RG, do CPF, domicílio e cargo ocupado.

d) Constar uma única proposta, com preços unitários e global, em moeda corrente nacional (Real). Em caso de divergência entre os valores unitário e total, serão considerados os primeiros.

9.2. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.3. A proposta deverá limitar-se ao objeto deste Pregão, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

9.4. Poderão ser admitidos, pelo pregoeiro, erros de naturezas formais, desde que não comprometam o interesse público e da Administração.

9.5. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO – GERAP

## **EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

9.6. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço, condições de pagamento, prazos ou outra condição que importe em modificação dos termos originais ofertados, salvo na hipótese da apresentação da proposta readequada, quanto ao preço, pela empresa arrematante do objeto da licitação.

9.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

### **10. DO CONTEÚDO DO ENVELOPE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

10.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em 01 (uma) via, de preferência ordenados e numerados sequencialmente, e somente serão aceitos se apresentarem validade na data prevista para a realização da sessão, reservando-se a CAESA o direito de verificar, na fonte emissora, a autenticidade dos mesmos, e referir-se-ão sempre à jurisdição do local de domicílio da sede do proponente, conforme o caso:

#### **10.1.1. Habilitação Jurídica:**

10.1.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.1.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.1.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

10.1.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **10.1.2. Qualificação Econômico-Financeira:**

10.1.2.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

10.1.2.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis, apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.1.2.2.1. O balanço deverá estar assinado por Contador habilitado devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, devendo apresentar a DHP – Declaração de Habilitação Profissional dentro da validade de acordo com a Resolução CFC nº 871/2000, **sob pena de inabilitação**.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

**10.1.2.3.** Demonstrar, **APRESENTANDO MEMÓRIA DE CÁLCULO EM DOCUMENTO PRÓPRIO**, a boa situação financeira da empresa, tendo como base o Índice de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), com resultados iguais ou superiores a 1 (um);

**10.1.2.4.** E/ou comprovar a existência de capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

**10.1.3. Qualificação Técnica:**

**10.1.3.1.** Apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante prestado ou estar prestando, com qualidade satisfatória, **serviços de natureza compatíveis em características com o objeto ora licitado**, descrito no Anexo I deste Edital (Termo de Referência), **com a apresentação da cópia do contrato que lhe deu suporte.**

**10.1.3.2.** Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual se houver, conforme previsto no art. 107 da Lei Federal nº 5.764/71 (Lei das Cooperativas).

**10.1.3.3 -** Ato de Designação do Representante Legal.

**10.1.3.4-** Relação da equipe técnica que executará o objeto da licitação, contendo, no mínimo 01 (um) médico do trabalho e 01 (um) engenheiro de segurança do trabalho.

10.1.3.4.1 -Carteira de trabalho (cópia autenticada) e ficha (ou folha do livro) de registro de empregados (cópia autenticada), ou;

10.1.3.4.2 - Contrato particular firmado com a empresa proponente (cópia autenticada com firma reconhecida), ou;

**10.1.3.4.3 -** No caso de o profissional ser membro do quadro societário da empresa, é dispensável a comprovação do vínculo.

**10.1.3.5.** O **Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.

**10.1.4. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

## EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.1.4.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão juntar toda a documentação fiscal exigida.

10.1.4.2. Havendo qualquer restrição tributária, essas empresas terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, contado do dia da declaração do vencedor provisório do certame, para regularizar sua situação junto ao fisco, nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 c/c art. 4º, §1º, do Dec. 6.204/07, prorrogáveis por igual período, à critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positiva com efeito de negativa;

10.1.4.3. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.1.5. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar, ainda, a seguinte **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**:

a) **Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores**, na forma do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, anexo IV.

### 11. ABERTURA E JULGAMENTO DA PROPOSTA

11.1. Na Data, horário e local indicado no item 1.1 deste Edital será aberta a Sessão Pública de processamento deste Pregão Presencial, iniciando com o credenciamento das proponentes que se cadastraram e compareceram para participar do certame, e em seguida receberá os envelopes dos proponentes;

11.2. Abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pelo Pregoeiro, equipe de apoio e pelos licitantes;

11.3. Após análise das propostas, o pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e todos aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até **10% (dez por cento)**, relativamente à de menor preço, para que seus autores participem dos lances verbais. (Aplicando-se a Lei Complementar 123/2006).

11.4. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas acima (item 11.3), o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

11.5. Após definida a classificação dos proponentes, será iniciada a etapa de apresentação de **lances verbais**, de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO – GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances **devendo ser igual ou acima de R\$ 5,00 (cinco reais)**.

**11.6.** O pregoeiro convidará individualmente os proponentes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, e os demais em ordem decrescente de valor.

**11.7.** A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

**11.8.** Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor referencial para a contratação.

**11.9.** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes deste Edital.

**11.10.** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas pelo critério de menor preço, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

**11.11.** Sendo aceitável a proposta de menor preço, será aberto o envelope de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmar o atendimento das condições de habilitação.

**11.12.** Constatado o atendimento às exigências do edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

**11.13.** Se a oferta de preços não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências para habilitação, a proposta será desclassificada, e o pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste Pregão.

**11.14.** Nas situações previstas nos subitens 11.8, 11.10 e 11.13 o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido o menor preço.

**11.15.** Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro e os proponentes presentes.

**11.16.** Será desclassificada a proposta que apresentar preço excessivo ou manifestamente inexequível, sendo que no caso de suspeita de inexequibilidade, o licitante deverá comprovar a exequibilidade da sua proposta. Simples irregularidades formais que não afetem o conteúdo da proposta, a critério do Pregoeiro, não ensejarão a desclassificação.

## **12. DOS RECURSOS**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

## EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

12.2. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

### 13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;

13.2. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido neste edital.

### 14. DO CONTRATO

14.1. As obrigações decorrentes desta licitação, a serem firmadas entre a CAESA e a licitante vencedora, serão formalizadas através de Contrato, cuja minuta encontra-se no **ANEXO VII** deste Edital, observando-se as condições estabelecidas neste instrumento convocatório, seus anexos, na legislação vigente e na proposta do licitante vencedor.

14.2. A CAESA convocará formalmente a licitante vencedora para assinar o Contrato, que deverá comparecer dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da convocação formal.

14.3. Quando o licitante vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recusar-se a assinar o contrato será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis da Lei 8.666/1993 e suas alterações.

14.4. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses consecutivos, contados a partir da assinatura do Termo Contratual, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/1993.

### 15. DO REAJUSTE DE PREÇOS

15.1. Os preços poderão ser revistos pelas Partes de comum acordo, respeitando-se a legislação ordinária no que diz respeito ao prazo mínimo de 01 (um) ano para realização de reajuste de preços contratuais. O reajuste terá como objetivo a recuperação dos valores inicialmente contratados da defasagem provocada pela inflação, de maneira a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Adotar-se-á para o reajuste a inflação do





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO – GERAP

## **EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

período medida pelo IPC. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

### **16. DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO**

16.1. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação em face de razões de Interesse Público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.2. A anulação do procedimento licitatório induz à do Contrato.

16.3. Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

### **17. DAS PENALIDADES**

17.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade; sem prejuízo das demais sanções previstas no presente Edital.

17.2. A licitante que desistir dos lances ofertados, ou ainda, se ficar caracterizado que o serviço ofertado não atende às especificações constantes na respectiva proposta, ficará sujeita à multa correspondente a 10 % (dez por cento) sobre o valor global do contrato, facultada ainda a possibilidade de aplicação da sanção prevista neste item.

17.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta licitação, ao contratado serão aplicadas as sanções elencadas pelo Art. 87, da Lei Federal nº. 8.666/1993, isoladas ou cumulativamente, nos termos da referida norma, sendo que, para tais efeitos, é estabelecido que a multa corresponderá a até 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado, em caso de inadimplemento parcial, e, até 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado em caso de inadimplemento absoluto, sem prejuízo das demais sanções elencadas pela citada Lei Federal nº. 8.666/1993.

17.4. Nenhuma responsabilidade recairá sobre a CAESA por eventuais perdas e danos oriundos de danos causados a terceiros, por culpa ou dolo do contratado e seus prepostos.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

**18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

18.1. O presente Edital e seus anexos, bem como a proposta do proponente vencedor, farão parte integrante do contrato, independente de transcrição.

18.2. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.3. A CAESA publicará o extrato do contrato no **Diário Oficial do Estado - DOE**, em até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

18.4. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

18.5. A falta de atendimento às exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

18.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro do contrato.

18.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação ou a obrigatoriedade de serem adquiridos os serviços.

18.8. Aos casos omissos aplicam-se as regras constantes da legislação que regula este Edital.

**19. DO FORO**

19.1. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da seção judiciária de Macapá, com exclusão de qualquer outro.

**20. DOS ANEXOS AO EDITAL**

20.1. Constituem partes integrantes deste Edital e, estão avolumados nessa ordem:

- a) **ANEXO I \_ TERMO DE REFERÊNCIA**
- b) **ANEXO II \_ MODELO DE CARTA PROPOSTA**
- c) **ANEXO III – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA**
- d) **ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE REQUISITOS CONSTITUCIONAIS**
- e) **ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**
- e) **ANEXO VI \_ DECLARAÇÃO DE ME e EPP**
- f) **ANEXO VII \_ MINUTA DO CONTRATO**

Macapá, 30 de janeiro de 2018.

**Andreia Duarte dos Santos**

Pregoeira- CAESA  
Portaria 291/2016-CAESA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

**ANEXO I  
TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO:**

O certame tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços visando: Elaborar o PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS- (PPRA), PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL- (PCMSO), EXAMES CLINICOS e COMPLEMENTARES DO PCMSO e PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO – (PPP).

**1.1. Benefícios da contratação:**

A contratação do proposto neste termo tem como benefícios garantir e preservar a saúde e integridade dos colaboradores desta companhia aos riscos dos ambientes de trabalho, bem como monitorar por anamnese e exames laboratoriais a saúde de seus colaboradores a fim de identificar precocemente qualquer desvio que possa comprometer a sua saúde.

A identificação dos riscos e a implantação das medidas de controle pertinentes não somente permitem que haja a manutenção da saúde de todos colaboradores através da prevenção da ocorrência de acidentes no trabalho e de doenças ocupacionais, como também, contribuem com a proteção do ambiente organizacional, por conseguinte, melhora a satisfação pessoal e traz reflexos positivos na qualidade de vida, servindo ainda de meios de habilitação de benefícios previdenciários, em particular, o benefício de aposentadoria especial.

**2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO:**

**2.1 PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS (PPRA)**

O Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) é regulamentado pela NR9, e estabelece a todos as instituições a obrigação de promover ações com objetivo de preservar a saúde e a integridade dos trabalhadores, por meio do reconhecimento, antecipação, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, o PPRA avalia os riscos ambientais físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes laborais que, em função de sua natureza,



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

## **EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

concentração, intensidade e tempo de exposição, podem causar danos à saúde dos trabalhadores.

### **2.2 PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL (PCMSO)**

O Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) é regulamentado pela NR7, e estabelece o controle da saúde físico e mental do trabalhador, a partir da avaliação de suas atividades. Para que seja possível um eficiente controle médico, a legislação deixou a cargo do empregador a realização dos exames médicos admissionais, de mudança de função, de retorno ao trabalho e exames médicos periódicos de acordo com cada necessidade. O PCMSO monitora exames laboratoriais e identifica precocemente qualquer problema que possa comprometer a saúde dos trabalhadores.

### **2.3 EXAMES COMPLEMENTARES**

É regulamentado pelo Art. 168 CLT e NR7, estabelecem que sempre que os exames solicitados no PCMSO, não forem elucidativos ou tiverem peculiaridades específicas de determinadas funções o médico-examinador solicitará exames complementares para embasar seu diagnóstico a fim de elaborar o Atestado de Saúde Ocupacional- ASO, e avaliar as condições de saúde do empregado.

### **2.4 PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO - PPP**

O Perfil Profissiográfico Previdenciário foi instituído pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 45/2010 regulamenta e formata o PPP, cuja exigência encontra-se prevista na Lei nº 8.213/91 e no Regulamento da Previdência Social (Decreto nº 3.048/99). É um documento que consiste no histórico-laboral do trabalhador, apresentado em formulário instituído pelo INSS, contendo informações detalhadas sobre as atividades do trabalhador, exposição a agentes nocivos à saúde, resultados de exames médicos e outras informações de caráter administrativo. O modelo do formulário encontra-se no Anexo XV da Instrução Normativa INSS/PRES nº 45/2010. A elaboração e atualização do PPP é obrigatória para todos os empregadores, bem como sua entrega ao trabalhador na ocasião da rescisão do contrato de trabalho. O formulário deve ser assinado pelo representante legal da empresa, considerados para fins de concessão de aposentadoria especial.

## **3. DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**3.1 Etapa 1 - Elaborar o PPRA** – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais serve para identificar os riscos físicos, químicos e biológicos existente no ambiente de trabalho e



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

deverá ser elaborado conforme obrigatoriedade da NR 9 do Ministério do Trabalho, o qual deve ser apresentado num documento base, num prazo de 50 dias a contar da assinatura do contrato.

O reconhecimento dos riscos serão feito através de entrevistas com pelo menos um ocupante de cada função e seus respectivos chefes imediatos e visita “in loco” às instalações.

**3.2 Etapa 2 - Elaborar o PCMSO** – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, deverá ser elaborado conforme obrigatoriedade da NR 7 do Ministério do Trabalho e de acordo com os riscos a que estiverem expostos no PPRA, o qual deve ser apresentado num documento base, num prazo de 60 dias a contar da assinatura do contrato e como o PCMSO trabalha em parceria com o PPRA, este deverá ser realizado após o PPRA.

**3.3 Etapa 3 - Elaborar Exames Complementares** – Os exames Complementares só deverão ser executados após a elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, seguindo orientação do quadro 3.5 (Relação de Exames Complementares) e 3.5.1 Relação de Exames Complementares Simplificado ou caso solicitado pelo médico examinador. Este deverá ser analisado pela administração da CAESA.

**3.3.1** A Coleta para emissão dos exames Macapá e Santana poderá ser realizada nas dependências da CAESA, sempre que agendado e avisado aos servidores com antecedência de 05(cinco) dias úteis. Já para os servidores lotados nos interiores, estes deverão vir até Macapá para realizarem seus exames e deverão ser avisados com antecedência mínima de 10(dez).

**3.3.2** Deverá ser disponibilizado relação de assinatura para controle de coleta e de servidores atendidos.

**3.4 Etapa 4 - Elaborar O Perfil Profissiográfico Previdenciário** Para todos os servidores da CAESA com exceção dos Cargos Comissionados.

**3.4.1** Deverá seguir o modelo do formulário instituído pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 45/2010 e ter como análise para preenchimento o histórico-laboral do trabalhador, apresentado informações detalhadas sobre as atividades desenvolvidas, exposição a agentes nocivos à saúde, resultados de exames médicos e complementares, Atestados de Saúde Ocupacional- ASO, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais PPRA, Laudos de Insalubridade e Periculosidade, Pasta Funcional, Decretos, Folha de Ponto, Escala de Revezamento,



**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

Cautelas de Entrega de EPI, Comunicação de Acidente do trabalho – CAT e outras informações de caráter administrativo.

**3.4.2** Deve ao final de sua elaboração ser assinado pelo representante legal da empresa e pelo profissional elaborador.

**3.5 Relação de Exames Complementares**

TIPO DE EXAME	FUNCIONÁRIOS LOTADOS NAS UNIDADES	QTD / Setor	ESPECIFICAÇÃO DO EXAME	PERÍODO	QUANTIDADE EXAMES
<b>LABORATORIAL</b>	ADMINISTRATIVO,	168	HEMOGRAMA COMPLETO, VDRL, COLESTEROL TOTAL e FRAÇÕES, TRIGLICERÍDEOS e GLICEMIA.	PERÍÓDICO /ANUAL	<b>395</b>
	MANUTENÇÃO DE REDES E RAMAIS DE ÁGUA E ESGOTO,	26			
	MANUTENÇÃO MECANICA,	09			
	MANUTENÇÃO ELETRICA,	03			
	LABORATORIO FISICO-QUIMICO E BACTERIOLOGICO,	03			
	SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA, RESERVATORIOS ELEVADOS E APOIADOS, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS ABERTAS E	186			



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

	FECHADAS				
<b>LABORATORIAL</b>	MANUTENÇÃO DE REDES E RAMAIS DE ÁGUA,	18	HEPATITE A, HEPATITE B.	PERIÓDICO /ANUAL	<b>26</b>
	MANUTENÇÃO DE REDE E RAMAIS DE ESGOTO.	08			
<b>OFTAMOLOGICO</b>	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS	01	ACUIDADE VISUAL	PERIÓDICO /ANUAL	01
<b>ORTOPÉDICO</b>	MANUTENÇÃO DE REDE E RAMAIS DE ÁGUA,	18	RADIOGRÁFIA DA COLUNA LOMBAR	PERIÓDICO /ANUAL	<b>35</b>
	MANUTENÇÃO DE REDE E RAMAIS DE ESGOTO,	08			
	MANUTENÇÃO MECÂNICA.	09			
<b>FONOAUDIOLOGIA/ OTORRINOLARINGOLOGIA</b>	SISTEMA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA.	05	AUDIOMETRIA TOTAL OCUPACIONAL.	PERIÓDICO	<b>15</b>
	OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS.	01			

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

	MANUTENÇÃO MECÂNICA.	09		/ANUAL	
<b>PNEUMOLÓGICO</b>	LABORATÓRIO FÍSICO-QUÍMICO E BACTERIOLÓGICO.	03	ESPIROMETRIA RADIOGRAFIA DO TORAX.	PERIÓDICO /ANUAL	<b>189</b>
	ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA ABERTAS E FECHADAS.	186			
<b>CARDIOLÓGICO</b>	MANUTENÇÃO MECÂNICA.	09	ELETROCARDIOGRAMA	PERIÓDICO /ANUAL	<b>12</b>
	MANUTENÇÃO ELÉTRICA.	03			
<b>NEUROLÓGICO</b>	MANUTENÇÃO MECÂNICA.	09	ELETROENCEFALOGRAMA	PERIÓDICO /ANUAL	<b>21</b>
	MANUTENÇÃO ELÉTRICA.	03			
	MANUTENÇÃO DE ESGOTO.	08			

**3.5.1 Relação de Exames Complementares Simplificado.**

<b>Ordem</b>	<b>Especificação de Exames</b>	<b>Quantidade Necessária.</b>
01	Audiometria Tonal Ocupacional	15
02	Espirometria (Verificação da Função Pulmonar)	189
03	Radiografia do Tórax (PA)	189



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

04	Hepatite A	26
05	Acuidade Visual	01
06	Eletroencefalograma (NR33,35)	21
07	Eletrocardiograma (NR 33,35)	12
08	Hemograma Completo	395
09	Glicemia de Jejum	395
10	Triglicérides	395
11	VDRL	395
12	Colesterol total e Frações	395
13	Hepatite B	26
14	Radiografia da Coluna Lombar	35

**3.6 RELAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DA CAESA.**

ESTABELECIMENTOS		14	LOURENÇO	28	MARACÁ
1	ETAM – MACAPÁ	15	CARNOT	29	LONTRA DA PEDREIRA
2	CONGOS- MACAPÁ	16	FERREIRA GOMES	30	PEDRA BRANCA DO AMAPARI
3	CABRALZINHO- MACAPÁ	17	OIAPOQUE	31	MARANATA DO AJURUXI
4	FAZENDINHA- MACAPÁ	18	PORTO GRANDE	32	ESCRITORIO CENTRAL- SANTANA
5	CAPTAÇÃO- MACAPÁ	19	MAZAGÃO	33	VILA AMAZONAS- SANTANA
6	MACAPABA ETA- MACAPÁ	20	AMAPÁ	34	ELESBÃO- SANTANA
7	MACAPABA ETE- MACAPÁ	21	SERRA DO NAVIO	35	PARAISO- SANTANA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

8	T1- MACAPÁ	22	TARTARUGALZINHO	36	CAPTAÇÃO- SANTANA
9	BAILIQUE	23	LARANJAU DO JARI	37	ITAUBAU
10	VILA PROGRESSO- BAILIQUE	24	VITORIA DO JARI		
11	VILA MACEDONIA- BAILIQUE	25	CUTIAS		
12	VILA CARNEIRO- BAILIQUE	26	SANTA LUZIA		
13	VILA ITAMATATUBA- BAILIQUE	27	SÃO JOAQUIM DO PACUI		

#### **4. DO QUANTITATIVO ESTIMADO DE PESSOAL:**

**4.1-** O quantitativo de servidores públicos é de **431** (Quatrocentos e Trinta e Um) servidores. Sendo eles: **78** Servidores cedidos Federais, **17** Servidores cedidos Estaduais, **37** Servidores cedidos Municipais, **36** *Cargos Comissionados* e **263** do quadro Efetivo Celetista, com previsão de novas nomeações.

#### **5. PRAZO DE ENTREGA E EXECUÇÃO:**

**5.1** Os serviços deverão ser entregues nos seguintes prazos:

- O PPRA em 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;
- O PCMSO em 90 (noventa) dias após a assinatura do contrato;
- Os exames médicos e consultas indicadas pelo PCMSO deverão ser agendados e executados em no máximo 150 (cento e cinquenta) dias após a assinatura do contrato.
- O PPP em 210 (duzentos e dez) dias após a assinatura do contrato;

**5.2** Os serviços serão fiscalizados pela Gerencia de Segurança e Medicina do Trabalho – GERSET/CAESA.

#### **6. VIGÊNCIA:**

**6.1-**O prazo de execução dos serviços será de 12 (DOZE) meses, iniciando após a assinatura do contrato, podendo ser prorrogado se houver interesse da administração.





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

**7. DEVERES DA CONTRATADA:**

7.1 Cabe a CONTRATADA, além do previsto e exigido em normas regulamentares pertinentes:

7.2 Obedecer às normas e especificações na forma da Lei;

7.3 Disponibilizar dos profissionais necessários à execução dos serviços descritos, prevendo substitutos, no caso de possíveis ausências;

7.4 Para a elaboração do PPRA e PPP poderá ser indicado a penas um Técnico em Segurança do Trabalho;

7.5 Para a elaboração do PCMSO , deverá ser indicado um Médico do Trabalho;

7.6 Para a elaboração dos Exames Complementares Poderá ser apresentado contrato com laboratórios de acordo com especificações dos exames aqui solicitados;

7.7 Prestar informações necessárias ou solicitadas por autoridades constituídas referentes aos serviços e atendimentos prestados à Contratante, no período de vigência do contrato.

**8- DEVERES DA CONTRATANTE:**

**8.1 Recursos Humanos** deverá Fornecer a relação nominal dos trabalhadores, até a assinatura do contrato, contendo obrigatoriamente as seguintes informações: nome completo, RG, data de nascimento, sexo, município, número de inscrição do trabalhador-NIT (PIS-PASEP), data de admissão, setor, cargo com código brasileiro de ocupação (CBO), função e pasta funcional do trabalhador.

**8.2 Gerência de Segurança** – deverá fornecer ,cautela de entrega de EPI com nº do C.A. (Certificado de Aprovação MTE) do E.P.I (Equipamento de Proteção Individual), FISPO (ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos) utilizada no processo industrial. Estas informações são necessárias para elaboração do serviço e os atendimentos só iniciarão após o fornecimento dos mesmos para empresa contratada.

**8.3** Agendar e encaminhar os funcionários para realização dos exames e consultas, através de

documentação competente, contendo o tipo de exame a ser realizado, nome, número da carteira de identidade, setor, cargo e função exercida pelo trabalhador;

**8.4** A Contratante deverá comunicar a Contratada, com até 1(um) dia de antecedência, a impossibilidade de comparecimento de seu funcionário no procedimento agendado.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

**8.5** Efetuar o pagamento dos exames e consultas no prazo previsto;

**8.6** Efetuar o pagamento correspondente à remissão de laudos de exames médicos e atestados

identificadas pela Contratada, no relatório anual do PCMSO;  
doenças profissionais.

**9. DO PAGAMENTO:**

**9.1** O pagamento será realizado por etapas de execução dos serviços, (Etapa 1PPRA, Etapa 2 PCMSO, Etapa 3 Exames Complementares e Etapa 4 PPP, sendo ele efetuado em até 30 (trinta) dias úteis após a entrega de cada relatório, mediante a apresentação de Nota Fiscal e Laudo emitido pela Gerência de Segurança e Medicina do Trabalho – GERSET/CAESA, atestando a execução do serviço, no caso dos exames complementares estes serão pagos pela quantidade de exames elaborados e apresentados com relação de nomes e segunda via dos encaminhamentos até sua execução final.

**9.2** Não serão efetuados qualquer pagamento a Contratada enquanto houver pendência de liquidação das obrigação em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**10- DISPOSIÇÕES GERAIS**

**10.1** Todas as despesas com deslocamentos, hospedagem, impostos, transporte etc... serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.

**10.2** A Contratada será responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

**10.3** Na contagem dos prazos estabelecidos neste termo, estes só vencem em dias de expediente normal na CAESA.

Macapá-AP, 30 de Outubro de 2017.

Lucimeire de Jesus Costa Mendonça  
Gerente de Segurança e Medicina do Trabalho/ GERSET-CAESA



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

**ANEXO II  
MODELO DE PROPOSTA**

CNPJ:

Endereço:

Cidade / Estado:

Fone: / Fax: / E-mail:

**À Comissão Permanente de Licitação CAESA/AP  
Pregão Presencial nº. 001/2018-CAESA/AP**

Sr<sup>a</sup> Pregoeira,

Vimos apresentar nossa proposta para prestação dos seguintes serviços:

Contratação de empresa especializada em Segurança e Medicina do Trabalho para elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Exames Clínicos e Complementares do PCMSO e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), de todos os servidores da CAESA em Macapá e demais Municípios do Estado do Amapá, nos quantitativos, especificações e demais condições constantes no Termo de Referência, Anexos I deste Edital.

VALOR GLOBAL DOS SERVIÇOS: R\$-.....(...)

Declaramos que nos valores acima registrados estão incluídas todas as despesas incidentes sobre o objeto ofertado, tais como impostos, taxas, contribuições e demais encargos relacionados no instrumento convocatório.

Declaramos ainda que, concordamos com todos os termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2018 – NULIC/CAESA/AP e seus Anexos.

Validade da Proposta: 60 dias.

C/C Ag.

Local/Data

RG:...../CPF:.....

Cargo na Empresa

**Obs.: Esta proposta deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante.**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP  
**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

**ANEXO III**  
**MODELO DE ATESTADO (OU DECLARAÇÃO) DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Declaramos, para fins de prova junto a Órgãos Públicos, que a empresa  
\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, estabelecida  
\_\_\_\_\_, executou para esse Órgão (ou  
empresa) o(s) seguinte(s) serviços:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos registros, até a presente data, que a desabone comercialmente ou tecnicamente.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo

**Observação: - emitir em papel que identifique a entidade expedidora**



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP  
**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

**ANEXO IV**  
**DECLARAÇÃO DE REQUISITOS CONSTITUCIONAIS**

Declaramos junto a **CAESA**, referente ao **edital do Pregão Presencial n.º 001/2018 – CAESA/AP**, que estamos de acordo com todos os requisitos constitucionais exigidos para este certame e que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº 9.854/99).

Local e data

---

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

**Obs.: Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da licitante**







GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA  
ANEXO VI**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 – CAESA**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO  
PORTE**

À  
Companhia de Água e Esgoto do Amapá  
Comissão Permanente de Licitação – CPL/CAESA  
**Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 – CAESA**

A empresa ....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA, para fins do disposto nos Artigos 1º e 3º e seus respectivos incisos e parágrafos da Lei Complementar 123/2006, que não tem nenhum impedimento, e goza do benefício de preferência, conforme Art. 44 da mesma Lei Federal.

Macapá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018

-----  
Assinatura do(s) proponente(s) ou representante(s)

\_\_\_\_\_  
Representante legal da empresa licitante



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA  
ANEXO VII**

**MINUTA DE CONTRATO Nº \_\_\_\_/2018 – CAESA/AP**

**INSTRUMENTO DE CONTRATO  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
COMPANHIA DE ÁGUA E  
ESGOTO DO AMAPÁ-CAESA E  
A EMPRESA \_\_\_\_\_ NOS  
TERMOS A SEGUIR  
DISPOSTOS:**

Pelo presente instrumento contratual e na melhor forma de direito, de um lado como **CONTRATANTE**, a **COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DO AMAPÁ - CAESA**, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 05.976.311/0001-04 e inscrição Estadual nº 7000025-02, com sede nesta Capital, sito à Av. Ernestino Borges, nº 222, Centro, neste ato representada pelo Diretor-Presidente, Senhor **VALDINEI SANTANA AMANAJÁS**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/AP nº 383-B, portador do RG nº 1527784/AP e do CPF nº 144.946.802-06, residente e domiciliado em Macapá/AP, pelo Diretor Administrativo e Financeiro, Senhor **LUIZ JOSÉ DOS SANTOS MONTEIRO**, brasileiro, casado, Administrador, CRA/AP nº 00559, portador do RG nº 641068/AP e do CPF nº 061.595.672-68, residente e domiciliado em Macapá/AP, pelo Diretor Operacional, Senhor **ROSILMORAN DE FARIAS**, brasileiro, solteiro, Engenheiro Civil, Registro Nacional CONFEA nº 150.633.014-2, RG nº. 684870 emitido pela PTC/AP, CPF nº. 306.067.992-49, residente e domiciliado em Macapá/AP, pelo Diretor Técnico, Senhor **JOÃO PAULO DIAS BENTES MONTEIRO**, brasileiro, casado, Engenheiro Sanitarista, RG nº. 269664 emitido pela SSP/AP, CPF nº. 629.429.992-68, residente e domiciliado em Macapá/AP, e pela Diretora Comercial e de Negócios, Senhora **MAGALY BRITO BEZERRA XAVIER**, brasileira, divorciada, Arquiteta e Urbanista, Registro CAU/AP nº A16458-5, portadora do RG nº 213336 2ª Via SSP/AP e CPF nº 365.935.249-72, residente e domiciliada no Ramal Vale das Bênçãos, nº 10, Jardim Marco Zero, CEP: 68.900-00, nesta Cidade de Macapá, e de outro lado, na qualidade de **CONTRATADA a empresa .....**, inscrita no CNPJ sob o nº. ...., com sede em ....., nº....., Bairro ....., neste ato representada por ....., portador(a) do R.G. nº ..... e inscrito no CPF sob o nº. ...., firmam o presente contrato, de acordo com as cláusulas abaixo.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

1.1. O presente instrumento foi precedido de licitação, na modalidade PREGÃO, na forma PRESENCIAL, registrado sob o número 009/2017-CAESA, e celebrado nos termos Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto 3.555/2000, com as modificações introduzidas pelo Decreto 3.693/2000, Decreto Estadual nº 2.648/2007 e subsidiariamente a Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2017, Lei Complementar 044/2007 e suas alterações posteriores.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOCUMENTOS VINCULADOS**

2.1. Fazem parte integrante deste **CONTRATO**, vinculando ambas as partes contratantes, independentemente de transcrição e anexação e terão plena validade, os seguintes documentos, na seguinte ordem de prevalência:

§ 1º Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018-CAESA**, seus Anexos e adendos;

§ 2º Proposta comercial da CONTRATADA

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO**

3.1. Contratação de empresa especializada em Segurança e Medicina do Trabalho para elaboração do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Exames Clínicos e Complementares do PCMSO e Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), de todos os servidores da CAESA em Macapá e demais Municípios do Estado do Amapá, nos quantitativos, especificações e demais condições constantes no Termo de Referência, Anexos I deste Edital.

**4. CLÁUSULA QUARTA – DOS EXAMES COMPLEMENTARES SIMPLIFICADO.**

<b>Ordem</b>	<b>Especificação de Exames</b>	<b>Quantidade Necessária.</b>
01	Audiometria Tonal Ocupacional	15
02	Espirometria (Verificação da Função Pulmonar)	189
03	Radiografia do Tórax (PA)	189
04	Hepatite A	26
05	Acuidade Visual	01



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

06	Eletroencefalograma (NR33,35)	21
07	Eletrocardiograma (NR 33,35)	12
08	Hemograma Completo	395
09	Glicemia de Jejum	395
10	Triglicérides	395
11	VDRL	395
12	Colesterol total e Frações	395
13	Hepatite B	26
14	Radiografia da Coluna Lombar	35

#### **4.1 DO QUANTITATIVO ESTIMADO DE PESSOAL:**

O quantitativo de servidores públicos é de **431** (Quatrocentos e Trinta e Um) servidores. Sendo eles: **78** Servidores cedidos Federais, **17** Servidores cedidos Estaduais, **37** Servidores cedidos Municipais, **36** Cargos *Comissionados* e **263** do quadro Efetivo Celetista, com previsão de novas nomeações.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 5.1. Constituem requisitos de qualificação técnica para a prestação dos serviços:
- 5.2. A Empresa ser registrada no CRM com certidão de quitação.
- 5.3. Possuir em seu quadro funcional, Médico do Trabalho, Técnico em segurança do Trabalho, para responder como responsável técnico pelo serviço executado.
- 5.4. Possuir e/ou comprovar, através de contrato ou convênio, laboratório para a realização dos exames complementares, durante a vigência deste Contrato.
- 5.5. Os serviços serão executados nas instalações da CONTRATADA, após o recebimento da ordem de execução dos serviços, expedida pela CONTRATANTE, os quais serão executados de acordo com as diretrizes do Termo de Referência, por meio de pessoal qualificado e mediante o emprego de técnicas e ferramentas adequadas, cabendo à CONTRATADA entregar um serviço de qualidade.
- 5.6. Os serviços deverão ser iniciados imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviços.
- 5.7. Os serviços serão prestados diretamente pela contratada, caso ocorra a subcontratação, fusão, cisão ou incorporação, serão admitidas, desde que previamente informadas e com consentimento prévio e por escrito da Contratante, e desde que não



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

afetem a boa execução do contrato, até 20% (vinte) por cento do valor global do Contrato, sob a responsabilidade técnica, logística, civil e trabalhista da própria contratada.

- 5.8. Em havendo subcontratação a CONTRATADA deverá apresentar, como condição indispensável, documento relacionando o(s) nome(s) da(s) subcontratada(s), CNPJ, endereço completo, nome dos responsáveis e respectivas declarações de que prestará os serviços no(s) objeto(s) deste Termo a mando e responsabilidade direta e exclusiva da subcontratante, sem qualquer tipo de vínculo negocial com a CONTRATANTE.
- 5.9. Somente poderão ser subcontratados os serviços que a CONTRATADA efetivamente não dispuser, em sua estrutura, para oferecer a CONTRATANTE.
- 5.10. Toda execução do serviço, objeto deste contrato, será de responsabilidade da CONTRATADA.
- 5.11. O representante/fiscal da CONTRATANTE, designado pela Diretoria Administrativa, terá livre acesso para acompanhamento e fiscalização dos serviços em execução.

**6. CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

**6.1. Etapa 1 - Elaborar o PPRA** – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais serve para identificar os riscos físicos, químicos e biológicos existente no ambiente de trabalho e deverá ser elaborado conforme obrigatoriedade da NR 9 do Ministério do Trabalho, o qual deve ser apresentado num documento base, num prazo de 50 dias a contar da assinatura do contrato.

**6.1.1.** O reconhecimento dos riscos serão feito através de entrevistas com pelo menos um ocupante de cada função e seus respectivos chefes imediatos e visita “in loco” às instalações.

**6.2 Etapa 2 - Elaborar o PCMSO** – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, deverá ser elaborado conforme obrigatoriedade da NR 7 do Ministério do Trabalho e de acordo com os riscos a que estiverem expostos no PPRA, o qual deve ser apresentado num documento base, num prazo de 60 dias a contar da assinatura do contrato e como o PCMSO trabalha em parceria com o PPRA, este deverá ser realizado após o PPRA.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

**6.3 Etapa 3 - Elaborar Exames Complementares** – Os exames Complementares só deverão ser executados após a elaboração do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, seguindo orientação do quadro 3.5 (Relação de Exames Complementares) e 3.5.1 Relação de Exames Complementares Simplificado ou caso solicitado pelo médico examinador. Este deverá ser analisado pela administração da CAESA.

**6.3.1** A Coleta para emissão dos exames Macapá e Santana poderá ser realizada nas dependências da CAESA, sempre que agendado e avisado aos servidores com antecedência de 05(cinco) dias úteis. Já para os servidores lotados nos interiores, estes deverão vir até Macapá para realizarem seus exames e deverão ser avisados com antecedência mínima de 10(dez).

**6.3.2** Deverá ser disponibilizado relação de assinatura para controle de coleta e de servidores atendidos.

**6.4 Etapa 4 - Elaborar O Perfil Profissiográfico Previdenciário** Para todos os servidores da CAESA com exceção dos Cargos Comissionados.

**6.4.1** Deverá seguir o modelo do formulário instituído pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 45/2010 e ter como análise para preenchimento o histórico-laboral do trabalhador, apresentado informações detalhadas sobre as atividades desenvolvidas, exposição a agentes nocivos à saúde, resultados de exames médicos e complementares, Atestados de Saúde Ocupacional- ASO, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais PPRA, Laudos de Insalubridade e Periculosidade, Pasta Funcional, Decretos, Folha de Ponto, Escala de Revezamento, Cautelas de Entrega de EPI, Comunicação de Acidente do trabalho – CAT e outras informações de caráter administrativo.

**6.4.2** Deve ao final de sua elaboração ser assinado pelo representante legal da empresa e pelo profissional elaborador.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR**

**7.1** O valor global dos serviços importa o valor **estimado** de R\$ \_\_\_\_\_  
(\_\_\_\_\_).

**7.2.** No preço avençado estão incluídos todas as despesas e custos da CONTRATADA referente a encargos fiscais, trabalhistas, sociais e comerciais; impostos, taxas, fretes,





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

transportes e outros custos que direta ou indiretamente estejam relacionados com objeto do presente contrato.

**8. CLÁUSULA OITAVA – DA FONTE DE RECURSOS**

8.1. Os recursos financeiros estão previstos no orçamento da CAESA para o exercício corrente, através da Conta 04.48.900, Fonte 01.11.200, Recursos a Receber de Clientes.

**9. CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

9.1. Os serviços executados pela CONTRATADA deverá ser lavrado em termo circunstanciado, assinado pelas partes, devendo ser entregue 01 (uma) via a CONTRATANTE, para comprovação dos serviços realizados.

9.2. Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei 8.666/93, com alterações posteriores, executado o contrato, o seu objeto será recebido:

a) **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei;

9.3. O representante da CAESA, pertencente à Diretoria Operacional anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regulamentação das faltas ou defeitos observados, verificados os prazos estabelecidos neste Termo.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1 Além de outras exigências da legislação pertinente, e Deste Instrumento, são obrigações da empresa Contratada:

a) Os empregados que estiverem designados para os serviços de que trata este Termo de Referência terão vínculo empregatício, exclusivamente, com a CONTRATADA, que será também a única responsável pelo pagamento de seus empregados e recolhimento de todos os tributos e encargos sociais previstos na legislação trabalhista, previdenciária, e demais normativos da categoria que estejam em vigor;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

- b) Deverá comprovar o vínculo empregatício dos seus empregados, destacados para a prestação dos serviços, de acordo com a CLT, manterem atualizados os registros nas carteiras de trabalho e previdência social (CTPS) e apresentar a documentação comprobatória à equipe que fiscaliza o contrato, sempre que solicitado;
- c) Prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, sempre por escrito, cujas reclamações atinentes a quaisquer aspectos da execução contratual, se obriga prontamente a atender;
- d) Deverá atender com presteza às reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção, sem ônus para a CONTRATANTE;
- e) Independentemente da atuação da equipe que fiscaliza o Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes do Contrato;
- f) Manter, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação financeira da licitação em compatibilidade com as obrigações assumidas neste ajuste, informando à CAESA sobre ato ou fato que venha modificar as condições iniciais de habilitação;

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 11.1. Atestada a execução do objeto contratado a CAESA pagará a contratada o preço correspondente à prestação do serviço realizado em após a emissão da nota fiscal/fatura devidamente certificada e aprovada pelo setor competente.
- 11.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a se solicitados pelo representante da CONTRATADA.
- 11.3. Disponibilizar a CONTRATADA todas as informações necessárias ao bom desempenho da execução dos serviços, objeto deste contrato.
- 11.4. Rejeitar quaisquer serviços executados equivocadamente ou em desacordo com as orientações fornecidas expedidos pela CONTRATANTE, e solicitar que o serviço rejeitado seja refeito.
- 11.5. Designar servidor através de Portaria, pertencente à Diretoria Administrativa/CAESA, a fim de realizar o acompanhamento e fiscalização do serviço prestado.
- 11.6. Supervisionar a execução dos serviços, e atestar as nota(s) fiscal (is) /fatura(s) correspondente(s).
- 11.7. Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do objeto especificado no Termo de Referência.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA VIGÊNCIA**

12.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (DOZE) meses a partir da emissão da ordem de serviços, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 8.666/1993.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E FATURAMENTO**

13.1. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA por meio de ordem bancária contra a entidade bancária indicada em sua proposta devendo para isso, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá até 30 (trinta) dias consecutivos após o(s) serviço(s) regulamente prestado(s), contra a apresentação da nota fiscal eletrônica, depois de aceite e atesto por servidor designado para esse fim.

13.2. Qualquer irregularidade em fatura já quitada motivará o ressarcimento do valor pago indevidamente, com a respectiva correção.

13.3. É condição para o processo de pagamento a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Eletrônica, que deverá vir acompanhada de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada, comprovante de regularidade (certidão negativa) perante o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), junto a Diretoria Operacional da CAESA, para sua devida certificação.

13.4. Caso a CONTRATADA goze de algum benefício fiscal, esta ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL (Lei Complementar nº 123/2006), pela entrega de declaração, conforme modelo constante da IN nº 480/2004, alterada pela IN nº 706/2007, ambas da Secretaria da Receita Federal.

13.5. Após apresentada a referida comprovação, a CONTRATADA ficará responsável por comunicar a CONTRATANTE qualquer alteração posterior na situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do contrato.

13.6. Caso sejam constatados pela CONTRATANTE erro, falhas e/ou divergências nos documentos de cobrança apresentados pela CONTRATADA, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, este ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus a CONTRATANTE. E o prazo para pagamento somente terá início a partir da data da apresentação, pela CONTRATADA, dos documentos devidamente retificados, sem qualquer acréscimo de valores devidos.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

- 13.7.** Os pagamentos serão efetuados por meio de crédito em conta corrente nº \_\_\_\_\_ que a CONTRATADA mantém na agência \_\_\_\_\_ do Banco \_\_\_\_\_
- 13.8.** A CONTRATANTE reserva-se ao direito de descontar da(s) Nota(s) Fiscal (is) /Fatura(s) a ser pagas, qualquer débito existente da CONTRATADA em consequência de penalidade aplicada durante a prestação dos serviços.
- 13.9.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isto gere direito ao pleito de reajustamento ou correção monetário do valor inicial.
- 13.10.** A responsabilidade pelo recolhimento dos tributos incidentes na operação objeto do presente Contrato será determinada conforme a legislação tributária vigente à época da ocorrência dos fatos geradores. Nas operações em que a CONTRATANTE for responsável pela retenção dos tributos devidos, esta deverá retê-los na forma e no prazo definido na legislação própria, salvo quando a CONTRATADA apresentar à CONTRATANTE certidão ou documento atualizado comprovando que os tributos a serem retidos/recolhidos são objeto de discussão administrativa e/ou judicial e que estão com a obrigatoriedade de seu recolhimento/retenção suspensa ou afastada.
- 13.11.** No caso de eventual atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será mediante a aplicação da seguinte fórmula:  
EM = I x N x VP  
Onde:  
EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela a ser paga; e  
I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

- 13.12.** A compensação financeira prevista nesta condição será cobrada em Nota Fiscal/Fatura, após a ocorrência.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO**

- 14.1. O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento contratual, por parte da CONTRATADA, assegurará a CONTRATANTE, sem ônus de qualquer espécie para este e sem prejuízo do disposto no item “Das Penalidades”, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, entregue diretamente ou via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo dos demais motivos previstos no Art. 78 da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores.
- 14.2. A rescisão do contrato dar-se-á nas seguintes modalidades, consoante estabelece o Art. 79 da Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores:
- Unilateralmente**, a critério exclusivo da CONTRATANTE, assegurado o contraditório e a ampla defesa, mediante notificação por ofício, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, entregue diretamente ou via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para esta Companhia, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII e XVIII, do Art. 78 da mesma Lei, e sem prejuízo do disposto no item “Das Penalidades”;
  - Amigavelmente**, por acordo entre as partes, reduzido a termo, desde que haja conveniência para a Administração da CONTRATANTE;
  - Judicialmente**, nos termos da legislação vigente.
  - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada, devidamente ratificada pelo Gestor da CONTRATANTE.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 15.1. A execução das obrigações contratuais será acompanhada e fiscalizada por servidor da GERSET devidamente designado para esse fim, nomeado através de Portaria emitida pelo Diretor Presidente, representando a CONTRATANTE.
- 15.2. O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, determinando o que for necessário à sua regularização.
- 15.3. As decisões e providências que ultrapassam a competência do representante da CONTRATANTE deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
- 15.4. A existência da fiscalização por parte da CONTRATANTE não diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA no fiel cumprimento das obrigações contratuais.
- 15.5. A CONTRATANTE poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da CONTRATADA que cause embaraço a fiscalização ou que adote procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe forem atribuídas.





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS**

16.1. .1. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1 A inexecução parcial ou total do objeto deste Contrato torna passível a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e neste Contrato, observando-se o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

17.1.1 - advertência;

17.1.2 - multa;

17.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CAESA**;

17.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública,

**17.2 - Advertência:**

17.2.1 - A Advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana;

17.2.2 - A Advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da **CAESA**, a critério do Gestor do Contrato, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

**17.3 - Multas:**

17.3.1 - Caso haja a inexecução parcial do objeto será aplicada multa de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual. Para inexecução total, a multa aplicada será do até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato.

**17.3.2 - Será configurada a inexecução total do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 25 (vinte e cinco) dias após a emissão da Ordem de Serviço.**

**17.4 - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimentos de contratar com a CAESA:**

17.4.1 - A sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a **CAESA**, de que trata o inciso III, art. 87, da Lei nº 8.666/93, poderá ser aplicada à **CONTRATADA**, por culpa ou dolo, por até 2 (dois) anos, no caso de inexecução parcial do objeto, conforme previsto no item 17.3.1.1 desta Cláusula.

**17.5 - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública:**

17.5.1 - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV, art. 87, da Lei nº 8.666/93, será aplicada, dentre outros casos, quando:





GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

- 17.5.1.1 - tiver sofrido condenação definitiva por ter praticado, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 17.5.1.2 - praticar atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- 17.5.1.3 - demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar ou contratar com a **CAESA**, em virtude de atos ilícitos praticados;
- 17.5.1.4 - reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que seus empregados tenham tido conhecimento em razão da execução do Contrato, sem consentimento prévio da **CAESA**;
- 17.5.1.5 - ocorrência de ato capitulado como crime pela Lei no. 8.666/1993, praticado durante o procedimento licitatório, que venha ao conhecimento da **CAESA** após a assinatura do Contrato;
- 17.5.1.6 - apresentação, a **CAESA**, de qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, com o objetivo de participar da licitação ou para comprovar, durante a execução do Contrato, a manutenção das condições apresentadas na habilitação;
- 17.5.1.7 - inexecução total do objeto, conforme previsto no item 17.3.2 desta Cláusula.
- 17.6 - As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de contratar com a **CAESA** e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com a de multa.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

- 18.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma, até o julgamento do pleito.
- 18.2 - O recurso será dirigido ao Ordenador de Despesas do órgão **CONTRATANTE**, por intermédio da autoridade que aplicou a sanção, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- 18.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;
- 18.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após exaurida a fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado nos Diários Oficiais da União e do Estado do Amapá, devendo constar:
  - 18.4.1 - A origem e o número do processo em que foi proferido o despacho.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ  
NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC  
GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP

**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

- 18.4.2 - O prazo do impedimento para licitar e contratar;  
18.4.3 - O fundamento legal da sanção aplicada; e  
18.4.4 - O nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.  
18.5. Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção comunicará imediatamente ao órgão competente que por sua vez providenciará a imediata inclusão da sanção no SICAF e no Sistema de Cadastro da Secretaria de Administração do Estado do Amapá.

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO**

- 19.1. A publicação do presente Contrato deverá ser providenciada, em extrato, tanto no Diário Oficial do Estado, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de até 20 (vinte) dias, na forma prevista no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/1993.

**20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

- 20.1. Para dirimir questões relacionadas ao presente contrato, as partes elegem o foro da cidade de Macapá/AP, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Macapá-AP, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

**Valdinei Santana Amanajás**  
Diretor Presidente

**Luiz José dos Santos Monteiro**  
Diretor Administrativo e Financeiro

**João Paulo Dias Bentes Monteiro**  
Diretor Técnico

**Rosilmoran de Farias**  
Diretor Operacional



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ**  
**NÚCLEO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - NULIC**  
**GERÊNCIA DE ATIVIDADE DE PREGÃO - GERAP**  
**EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº001/2018 – GERAP/NULIC/CAESA**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5086/2018- CAESA**

**Magaly Brito Bezerra Xavier**  
Diretora Comercial e de Negócios

---

Representante Legal da Contratada

**Testemunhas:**

1 \_\_\_\_\_ CPFNº \_\_\_\_\_

2 \_\_\_\_\_ CPFNº \_\_\_\_\_